



ATA Nº 37/2014

---ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA ---

-----Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, nesta Vila da Chamusca, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Presidente Dr. Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, e com as presenças dos Senhores Vereadores: Francisco Manuel Petisca Matias, Aurelina Maria Conde Andrade Rufino, Cláudia Patrícia Alves Moreira e Maria Manuela Luz Marques comigo, Ana Isabel Tanoeiro Azevedo, Coordenador Técnico que secretariei, -----

-----Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião, eram dezassete horas e dez minutos, após o que se deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

-----**SITUAÇÃO FINANCEIRA / RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA – EM 29.10.2014:** -TOTAL DE DISPONIBILIDADES: 2.196.833,26€; OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 2.144.012,23€; OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 52.821,03€.

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----Pelos representantes do PS (Dr. Paulo Queimado e Dra. Cláudia Moreira) foi entregue um documento que se transcreve: -----

-----**“Moção Contra o Fundo de Apoio Municipal (FAM):** -----

-----**Considerando:** -----

----- - a Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal; -----

----- - que o Município da Chamusca está abrangido pelo Programa de Apoio à Economia Local (PAEL); -----

----- - que o Município da Chamusca terá que contribuir para o FAM num valor total de € 576.232,08 (quinhentos e setenta e seis mil duzentos e trinta e dois euros e oito cêntimos), a pagar num período de 7 anos, sendo apurado um valor médio de €82.319,00/ano, (oitenta e dois mil trezentos e dezanove euros); -----

----- - que no último Congresso da ANMP os presentes se manifestaram contra a Lei das Finanças Locais e que a previsão de que seria o Estado Central a assumir as despesas do FAM; -----

----- - a débil situação financeira, relativamente aos fundos disponíveis, deste município e que esta contribuição ainda prejudica mais a nossa situação económica; -----

----- - que a criação e regulamentação do FAM irá abrir portas às rescisões na administração local e à própria fusão de municípios; -----

----- - que o Estado, que tem a responsabilidade pela regulação do Poder Local, falhou e quer que os municípios assumam essa falha de regulação, o que não aconteceu com o Fundo de Coesão Municipal, para promover condições equitativas de desenvolvimento local e regional, numa ótica, essa sim, de solidariedade, à luz dos princípios constitucionais; -----

----- - a falta de legitimidade dos autarcas em funções para decidir sobre a cativação de verbas por mais do que um mandato, já que a medida carece de autorização dos órgãos municipais e caso contrário, estaremos a comprometer receitas autárquicas e a limitar a liberdade de opção dos futuros autarcas.-----

----- - Os eleitos do Partido Socialista propõem que o executivo da Câmara Municipal de Chamusca, reunido em sessão ordinária, aprove a presente moção e delibere: -----



----- - **rejeitar completamente a aplicação do FAM a esta autarquia;** -----

----- - **recomendar que o saneamento financeiro dos municípios a inscrever nos Programas do FAM e/ou reequilíbrio financeiro dos mesmos, seja feito com recurso a verbas da administração central.**-----

-----A moção foi **Aprovada**, por unanimidade de presenças, e será transformada em documento do Município para posterior envio ao Sr. Ministro da tutela. -----

-----**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – Previamente distribuída pelo Executivo foi **Aprovado**, por unanimidade de presenças, o texto da ata nº 32. -----

-----**ORDEM DO DIA:** Entrou-se na Ordem do Dia composta dos seguintes pontos previamente estabelecidos: -----

-----**DOCUMENTOS PARA APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO**-----

-----**01 – EDUCAÇÃO / PROTOCOLOS – ADENDA A PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – TRANSPORTES ESCOLARES / CIRCUITO ESPECIAL ENTRE MUNICÍPIO DE CHAMUSCA E ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CHAMUSCA**-----

-----Presente o teor da Adenda ao Protocolo celebrado com a ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CHAMUSCA mencionando que, dos meses de Janeiro e Julho de 2014, o Município irá pagar à Associação mencionada o valor de 462,45€ (quatrocentos e sessenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos) -----

A Câmara deliberou **Aprovar**, por unanimidade de presenças, a adenda ao protocolo.-----

-----**02 – DUPOA / ARQUITETURA: AUTORIZAÇÃO PARA REGISTO DE COMPROPIEDADE – SALVADOR / PARREIRA:** -----

-----Presente requerimento registado no livro respetivo sob o número 462 de 20.10.2014, de RAMIRO MAIA LOURENÇO, residente na Rua do Cardoso, n.º 14, 2150-030 Azinhaga, solicitando autorização para registo em compropriedade de um terreno sito em Salvador, União das Freguesias de Parreira e Chouto, conforme documentação que apensa. -----

-----Instrui este processo informação técnica, datada de 24.10.2014, que se transcreve: “o requerente pretende obter autorização para registo em compropriedade de um terreno com 36875 m², 3.6875 hectares. -----

-----De acordo com o art. 54º do D.L. n.º 64/2003 de 23 de Agosto, a celebração de quaisquer negócios jurídicos que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do n.º de compartes de prédios rústicos, carece de parecer favorável da Câmara Municipal. -----

-----O parecer só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio possa visar ou dele resulta parcelamento físico em violação do regime dos loteamentos urbanos, ou exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. -----

-----O terreno possui a unidade mínima de cultura.” -----

-----A Câmara deliberou **Aprovar** o requerido, por unanimidade. -----

-----**03 – CONTABILIDADE: DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2014: ALTERAÇÃO:** -----

-----Elaborada pela Secção de Contabilidade foi presente a alteração aos Documentos Previsionais / ano económico de 2014: **Vigésima alteração** ao Orçamento; **Décima Oitava alteração** às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR); **Décima Terceira alteração** ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI e **Décima Terceira alteração** às Atividades Mais Relevantes – AMR,



documentos que por muito extensos se dão por inteiramente transcritos nesta ata, para todos os efeitos. -----

-----A Câmara apreciou e deliberou, por unanimidade de presenças, **Aprovar** os referidos documentos. -----

-----**04 – CONTABILIDADE: DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2015**-----

-----Presente proposta do Orçamento Municipal para 2015, constituída pelos seguintes documentos que por muito extensos se dão por inteiramente transcritos nesta Ata para todos os efeitos: -----

-----**I – Grandes Opções do Plano;** -----

-----Sobre este capítulo o Sr. Presidente prestou alguns esclarecimentos, nomeadamente: evolução dos orçamentos – referindo ser um orçamento realista elaborado com as receitas médias dos últimos trinta e seis meses, como a discrepância entre as receitas correntes e de capital cada vez se acentua mais, foi necessário suprimir algumas despesas correntes; distribuição das principais despesas de capital – o Sr. Presidente mencionou que 29% das despesas são com os passivos financeiros e 16% com os viadutos, arruamentos e obras complementares. Neste tópico referiu que existem estradas a necessitar de intervenção urgente, designadamente a Estrada do Relvão, entre a curva da Ecodeal e a E.N. 118, a Estrada do Pereiro onde se procederá a uma pequena intervenção na estrada entre Ulme e o Semideiro; referiu ainda que 10% das despesas são com transferências para as IPSS; distribuição das principais despesas correntes – o Sr. Presidente explicou que 47% das despesas correntes são custos com pessoal e 11% são para água, eletricidade e combustíveis; quanto às grandes opções do plano indicou que 20% do orçamento pertence às funções gerais, 46% às funções sociais, 11% às funções económicas e 23% são outras funções,

A X

nomeadamente empréstimos e encargos com associações, sociedades e empresas participadas. Referiu ainda que se conseguiu liquidar antecipadamente dois empréstimos relativos à Estrada do Meio e à freguesia da Carregueira. Na sua opinião é um encargo acrescido agora, mas nos anos futuros pode trazer benefícios para o Município, até porque a médio prazo representa uma recuperação económica de quase 100.000,00€.

-----Informou ainda que os encargos previstos para 2015 são dois empréstimos – PAEL e PREDE que se prevê tenham uma amortização de 751.288,30€ com 72.992,91€ de juros, o que perfaz um total de 824.281,21€.

-----**II – Relatório das reuniões preparatórias para o Orçamento;**-----

-----O Sr. Presidente explicou que, como este orçamento foi elaborado com consulta às Juntas de Freguesia, assim, trata-se de um orçamento participado por quem está nos órgãos de decisão, entenderam, assim, que as reuniões que existiram deveriam constar do texto do Orçamento.

-----**III – GOP / PPI / AMR;**-----

-----**IV – Resumo do Orçamento;**-----

-----O Sr. Presidente explicou que se prevê para 2015 um total de receitas e despesas de valor 9.986.846,00€ (nove milhões, novecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis euros), sem prejuízo de se proceder a uma alteração até à 5ª sessão ordinária da Assembleia Municipal porque das grandes opções do plano foram retiradas todas as rubricas antigas com verbas compromissadas e não faturadas com o serviço executado, mas que se pensa pagar até ao final deste ano. Se tal não for possível pode ter que se incluir algumas rubricas fazendo previsão de em Abril fazer os acertos concretos com transferência do saldo de gerência e acertar os pagamentos.



São valores na ordem dos 15 a 20.000,00€, que havendo saldo de tesouraria a transitar para o ano seguinte em saldo de gerência não causarão constrangimentos. -----

-----**V – Orçamento da receita e da despesa;** -----

-----**VI – Mapa de pessoal;** -----

-----A Sra. Vice-Presidente explicou que se verifica uma redução no número de efetivos, pois não foi contemplada a substituição das aposentações que ocorreram em 2014. Disse ainda que não se sabe no final do ano as receitas efetivamente liquidadas que foram consumidas nos custos com pessoal, pois se forem ultrapassados os 35% não se pode aumentar o quadro de pessoal. --

-----Explicou ainda que só foi criado um lugar a mais na área da Educação para se poder acrescentar um Técnico Superior que não se pretende que continue em Comissão de Serviço. Irá ainda ser feita uma alteração de posição de um Técnico Superior adstrito à Educação para a Secção de Recursos Humanos, em virtude da pessoa estar a desempenhar funções na área de Gestão de Recursos Humanos, estando ligada às escolas e aos Contratos de Emprego Inserção. -----

-----**VII – Normas de execução do orçamento.** -----

-----O Sr. Presidente referiu que se pretende demonstrar quais as competências de cada serviço, procedimentos a tomar, relação entre serviços, etc.-----

-----Foram os documentos analisados e discutidos tendo sido verbalizadas as seguintes opiniões: -----

-----Vereador Francisco Matias – considera que o novo modelo do documento tem melhores condições de consulta e contem mais informação.

Disse ainda que deve ser dado mais ênfase à parte do apoio aos extratos



sociais desfavorecidos pois está pouco desenvolvido. Entende que esta medida não está muito explícita. Considera ainda que não está referido quando se irá proceder à requalificação dos pátios das Escolas do 1º ciclo da Carregueira e da Parreira. -----

-----Vereadora Manuela Marques – questionou sobre o que se pretende referir com a expressão “docência coadjuvada”. Após análise e discussão concluiu-se, com o apoio do AVEJICC, contactado telefonicamente pela Sra. Vereadora, que nas escolas do 1º ciclo a designação correta será “atividades de enriquecimento curricular”, porque são realizadas fora do horário normal e nos Jardins de Infância dever-se-á referir como “mono docência coadjuvada”, pois são realizadas dentro da atividade letiva. A Sra. Vereadora entende ainda que a biblioteca e o centro de recursos devem ter mais ênfase porque são atividades extra curriculares oferecidas pelo Município e que não trazem mais – valias nenhuma em termos financeiros. -----

-----A Sra. Vereadora interrogou ainda se o Centro de BTT do Arripiado é o único projeto que está previsto a nível social, ao que o Sr. Presidente lhe respondeu que se deu mais realce devido ao reaproveitamento das infraestruturas municipais que se estavam a degradar, sendo que no Arripiado será instalado este Centro de BTT e no Semideiro o edifício será para atividades seniores. -----

-----Vereadora Aurelina Rufino – entende que um plano de interacção entre as populações é indispensável. -----

-----A Sra. Vice-Presidente referiu que estão a ser analisados dois projetos no âmbito da modernização administrativa – carrinha do cidadão, onde se pretende levar às freguesias serviços públicos que só os residentes na Chamusca têm fácil acesso (por exemplo, renovação do cartão único de



cidadão) e biblioteca itinerante, cujos moldes de funcionamento estão presentemente em análise. -----

-----Assim, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

-----**Um) Aprovar** a proposta de Orçamento para o ano de 2015; -----

-----**Dois)** Remeter os documentos para a Assembleia Municipal, a fim de serem submetidos à aprovação na sua próxima Sessão. -----

-----**05 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ORÇAMENTO PARA 2015 – PRÉVIA AUTORIZAÇÃO (D.L. N.º 197/99, DE 08.06) – AQUISIÇÃO DE DETERMINADOS BENS E SERVIÇOS FUNDAMENTAIS AO FUNCIONAMENTO DO MUNICÍPIO:** ---

-----Presente proposta da Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks, de 22.10.2011, mencionando que existe a indicação superior de abertura de procedimento para a aquisição de determinados bens e serviços, considerados como fundamentais para o funcionamento do Município, nomeadamente: seguros; comunicações de dados fixos; comunicações e dados móveis; manutenção de instalações de elevação; serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho; refeições escolares; combustíveis; lubrificantes; gás propano a granel; manutenção de relvados sintéticos; aquisição de serviços para Atividades de Enriquecimento Curricular – Música para EB's do concelho e aquisição de serviços para Ensino da Música nos JI's do concelho durante o ano letivo 2015/2016. -----

-----Esta informação surge com a designação dos preços base e encargos orçamentais para os anos 2015, 2016 e 2017. -----

-----A proposta refere ainda que “a alínea b) do n.º 2 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º. 197/99 de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do n.º. 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º. 18/2008, de 29 de janeiro, prevê ser necessária a concessão de uma prévia autorização para abertura de

procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da realização para montantes superiores a € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação; -----

-----O artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012 de 21 de junho, prevê que para efeitos de aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP); -----

-----O encargo orçamental previsto para estas despesas está contemplado nas Grandes Opções do Plano de 2015 a 2018 (Ações Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos). -----

-----Assim, propõe-se, de forma a proporcionar uma maior celebridade no decurso da tramitação dos referidos procedimentos e em conformidade com o quadro supra descrito, que seja remetida a proposta de deliberação anexa à presente informação, para deliberação em reunião do executivo e posterior remessa à Assembleia Municipal, tendo em vista: -----

-----a) Autorização da abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização para montantes superiores a €99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação, relativa aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano 2015 a 2017 (Acções Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos), até ao seu montante máximo, nos termos da alínea b) do nº. 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº. 197/99 de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do nº. 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº.



Handwritten signature

18/2008 de 29 de Janeiro, designadamente: -----

-----Aquisição de serviços na área de seguros-----

-----Aquisição Combustíveis-----

-----Aquisição Gás Propano a Granel-----

b) Autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2015 a 2017 (Acções Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos), até ao seu montante máximo, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do nº. 1 do artigo 6º da LCPA, designadamente: -----

-----Aquisição de serviços de comunicações de dados fixos-----

-----Aquisição de serviços de comunicações e dados móveis-----

-----Aquisição de serviços de manutenção de instalações de elevação-----

-----Aquisição de serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho-----

-----Aquisição de refeições escolares-----

-----Aquisições Lubrificantes-----

-----Manutenção Relvados Sintéticos-----

-----Aquisição de serviços para Atividades de Enriquecimento Curricular – Inglês para EB’s do Concelho 2015/2016-----

-----Aquisição de serviços para Atividades de Enriquecimento Curricular – Música para EB’s do Concelho 2015/2016-----

-----Aquisição de serviços para Ensino da Música nos JI’s do Concelho 2015/2016. -----

A autorização prévia mencionada na alínea b), supra, não consubstancia qualquer assunção de compromisso nos termos da LCPA, dado que esse momento só ocorrerá numa fase posterior, ou seja, na data

da adjudicação ou da outorga do contrato. -----

-----Mais se informa, que as autorizações dadas pela Assembleia Municipal devem assegurar a existência de fundos disponíveis tendo em vista a satisfação dos compromissos a assumir e que à data o Município da Chamusca dispõe de Fundos Disponíveis.”-----

-----A Câmara Municipal analisou e deliberou: -----

-----Um) Aprovar por unanimidade a proposta apresentada. -----

-----Dois) Submeter à Assembleia Municipal para deliberação de concessão da prévia autorização para a assunção de compromissos plurianuais, relativos aos contratos, cuja despesa esteja prevista nas GOP's do orçamento 2015 até ao seu montante máximo. -----

-----06 – CONTABILIDADE – POSIÇÃO DOS COMPROMISSOS (20 A 29.10.2014) -----

-----A Câmara tomou conhecimento da “Posição dos Compromissos” correspondente ao período de 20 a 29 de outubro do corrente ano, na importância global de 26.393,11€ (vinte e seis mil, trezentos e noventa e três euros e onze cêntimos). -----

-----13 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE: -----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento dos contactos, reuniões e ações em que participou no período compreendido entre a última e a presente reunião, referindo nomeadamente: -----

-----dia 22 de Outubro – esteve no 15º aniversário do Centro de Dia de Ulme – Casulme, em conjunto com a Sra. Vice-Presidente e a Sra. Vereadora Manuela Marques. Foi formalizada a entrega do cheque de apoio à compra do terreno. Considera que a Direção coloca todo o seu empenho pessoal para que a Instituição funcione da melhor maneira possível e dê uma resposta



A X

social à freguesia. -----

-----**dia 24 de Outubro** – reunião, juntamente com a Sra. Vice-Presidente, com o Diretor do AVEJICC, onde este expôs algumas preocupações em relação ao Agrupamento. -----

-----**dia 25 de Outubro** – esteve na peça “Restos” levada a cabo pela Companhia de Teatro do Ribatejo. Considera que foi um momento muito bom e uma peça recomendável. Parabentiu ainda os dois atores – Francisco Matias e Inês Agostinho pelo excelente desempenho. -----

-----**dia 27 de Outubro** – esteve com a Sra. Vice-Presidente numa reunião / almoço com o Aconchego – Centro de Apoio Social de Vale de Cavalos que pretende avançar com o projeto do lar de idosos. O Sr. Presidente referiu que na reunião que teve na CIMLT concluiu que no próximo quadro comunitário, principalmente para os municípios de baixa densidade, irá existir financiamento para estes equipamentos sociais – lares de idosos e centros de dia, embora mais direcionado para os lares. Este financiamento ainda não se encontra regulamentado. -----

-----Esteve também no Conselho de Administração e na Assembleia Geral da SRU, onde foi feita proposta para a passagem dos Técnicos da SRU para a CIMLT. Prevê-se que a transição da SRU para a CIMLT se efetive em Junho de 2015. -----

-----**14 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES:** -----

----- **CLÁUDIA PATRÍCIA ALVES MOREIRA:** -----

-----Referiu a reunião com o Diretor do AVEJICC, em conjunto com o Sr. Presidente, onde foram tratados assuntos sobre a informática e as competências da Câmara Municipal na área da educação. Estabeleceu-se o compromisso de colocar os quadros interativos a funcionar a 100%, estando

para tal a ser analisada uma proposta de compra de computadores em final de leasing, pois são equipamentos que estão em perfeito estado e que servem as necessidades a um preço muito mais baixo. Vai também proceder-se, mediante indicação do Agrupamento, à reavaliação dos plafonds, nomeadamente para as cópias de cada estabelecimento. -----

-----**FRANCISCO MANUEL PETISCA MATIAS:** -----

-----Informou que vai haver mais um aluno no Jardim-de-infância do Chouto, que passará a ser transportado na próxima segunda-feira. -----

-----Referiu que o Corpo Nacional de Escutas será, este ano, o responsável pela campanha da Liga da Luta Contra o Cancro. Pensa-se para o ano envolver mais entidades. -----

-----Informou estarem a decorrer dentro da normalidade as atividades físicas com os seniores e que vão vir mais equipas para a hidroginástica. -----

-----Em relação à Carta Educativa disse que da parte das escolas está tudo entregue e falta apenas uma parte do Município. -----

-----**MARIA MANUELA DA LUZ MARQUES:** -----

-----**dia 28 de Outubro** – esteve na Sessão de Esclarecimentos em Civilização promovida pela SOS Autismo, da qual a Resitejo é parceira social, onde aprendeu bastante, sobretudo sobre o autismo na adolescência. -----

-----Citou, ainda, ter dado os parabéns ao jovem ator Francisco Matias e proferiu ter achado a peça muito bonita. -----

-----**AURELINA MARIA GARRIDO CONDE ANDRADE RUFINO:** -----

-----Explicou não ter participado em atividades durante este período porque esteve ausente por motivos familiares. -----

-----Lamentou, ainda, o facto de não ter acompanhado, por confusão de data, a atividade da Liga dos Combatentes na Igreja do Senhor do Bonfim. ---



-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

-----O munícipe ANTÓNIO SILVA, residente na Chamusca, veio a esta reunião manifestar o seu desagrado face à atitude do Sr. Presidente para consigo perante alguns assuntos, nomeadamente: loja do mercado municipal – disse ter uma carta que informa que tem dois anos para cumprir o plano de pagamentos e queria saber a resposta. O Sr. Presidente respondeu-lhe que o havia interpelado no sentido de tomar conhecimento se ele pretendia ou não abrir brevemente a loja do mercado municipal que lhe está entregue pois aparecem várias pessoas com pequenas empresas a necessitarem de espaço comercial. O Sr. Presidente informou-o que, se não existisse uma resolução, ao abrigo do regulamento de ocupação dos espaços municipais, teria que cessar o contrato. Frisou ainda que manteve sempre o incentivo a que ele reabrisse o espaço em causa; Contrato de trabalho que o irmão supostamente havia recusado – o Sr. Presidente esclareceu que tinha dito que no outro mandato lhe havia sido proposto um POC (agora CEI) que pressupõe que a pessoa esteja a auferir subsídio de desemprego ou que esteja a receber rendimento social de inserção (na altura rendimento mínimo). Mencionou que o irmão, do munícipe, não tinha acesso a subsídio de desemprego nem quis recorrer a meios de apoio social, nomeadamente o rendimento mínimo, embora o seu agregado familiar tivesse todas as condições para tal, logo não poderia trabalhar ao abrigo destes programas do Centro de Emprego; ausência de perfil para mediador – o Sr. Presidente disse que efetivamente tinha dado a sua opinião pessoal ao Alto Comissariado das Minorias Étnicas dizendo que o Sr. António não tinha perfil para mediador, porém também agradeceu o trabalho que o munícipe faz socialmente com a comunidade. -----

-----O munícipe em causa havia colocado mais questões ao Sr. Presidente, mas abandonou a sala de seguida não esperando pelas restantes respostas. --

-----O munícipe JOAQUIM ANTÓNIO LUCAS veio a esta Sessão solicitar esclarecimentos sobre uma vala existente junto à sua habitação sita na Rua das Cerradas lote 3, pois refere que para entrar no lote 6 tem que ultrapassar uma vala com mais de trinta centímetros que já pediu para ser tapada e nunca foi, para além disso reclamou da ausência de limpeza na referida rua. Perguntou como proceder. Foi-lhe respondido pelo Sr. Presidente que durante essa semana alguém da Câmara lá iria para resolver o problema. ----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada esta reunião eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de ser considerada aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim Ana Isabel Tónico Almeida servindo de secretário, que redigi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Câmara

O Coordenador Técnico,